

A SOCIALIZAÇÃO DA CRIANÇA COM PARALISIA CEREBRAL

MILBRATH, Viviane Marten

SOARES, Deise Cardoso

CECAGNO, Diana

SIQUEIRA, Hedi Crecencia Heckler de

AMESTOY, Simone Coelho

Introdução: O processo de desenvolvimento e crescimento da criança compreende várias etapas, e em cada uma delas ocorre um acréscimo de experiências e vivências que interferem na sua formação, durante esse processo a criança vivencia, entre outras situações, a necessidade de interação social. As relações sociais estabelecidas pela criança seja microssistema familiar ou em outros ambientes interacionais como a escola, o clube a igreja, contribuem para o desenvolvimento da personalidade infantil. Ao ingressar na escola^(1,2), a criança começa a fazer parte de um grupo maior, e o seu relacionamento com outras crianças e professores, auxilia no desenvolvimento de seu auto-conceito e sua auto-estima, o que representa uma mudança profunda em suas relações. A relevância da inserção social da criança para o seu desenvolvimento, é um fato constatado na literatura, entretanto, muitas vezes a criança portadora de necessidades especiais, têm dificultado o seu processo de socialização, o que a coloca em uma posição de vulnerabilidade. Com essa perspectiva, **objetivou-se** com esse trabalho conhecer como a família da criança portadora de necessidades especiais vivencia o processo de inserção social da criança. A fim de atingir tal objetivo realizou-se uma **metodologia** exploratório-descritiva à luz de uma abordagem qualitativa com seis famílias de crianças portadoras de necessi-

dades especiais que freqüentavam uma instituição que atende essas crianças. O estudo foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pelotas, sendo aprovado sob o número 036/06. A coleta de dados foi realizada através de uma entrevista semi-estruturada, que foi gravada. Após a realização da entrevista, os dados foram transcritos, organizados, agrupados e analisados seguindo o método de análise temática⁽³⁾. Os **resultados** apontaram que a dificuldade na locomoção apresentada pelas crianças é considerada, pelas famílias, uma problemática extremamente complexa, que interfere significativamente na integração da criança com um meio ambiente fora do intrafamiliar, principalmente na inserção na escola. A criança, portadora de necessidades especiais ao ingressar na escola, ou em outros sistemas sociais e grupos, segundo a literatura, pode ser fortemente influenciada pelas dificuldades motoras que apresenta, entre as quais, destacamos a da locomoção. A idade pré-escolar é considerada uma fase onde ocorre a aquisição e o aperfeiçoamento de atividades motoras, as quais vão sendo aperfeiçoadas conforme as exigências do meio e a estimulação recebida⁽⁴⁾. Nesse sentido a impossibilidade de correr, jogar bola, e andar de bicicleta vai aos poucos dando à criança a noção de “ser diferente”⁽⁵⁾ A limitação motora da criança, segundo as famílias, torna-

se ainda mais limitante devido a falta de infra-estrutura urbana, os atores sociais do estudo citaram a falta de ônibus para cadeirantes, a ausência de rampas nas calçadas como empecilhos para interação social da criança. Outro ponto, que emergiu com a análise dos dados foi a dificuldade vivenciada pelas famílias com o ingresso das crianças na escola, principalmente, na rede regular de ensino. As famílias descreveram a escola como um ambiente que deveria socializar a criança, mas que devido a falta de infra-estrutura física e humana em que encontram-se essas instituições elas não estão atuando como socializadoras. **Considerações finais:** A partir da perspectiva da família sobre o processo de inserção social de seus filhos, portadores de necessidades especiais, percebemos que essas crianças e suas famílias vêem-se na contingência de vivenciar situações que ferem sua autonomia. A dificuldade de locomoção foi considerada um dos fatores que mais inviabilizam a integração da criança em outros ambientes sociais, que não sejam a família. A esse fato acrescenta-se a falta de infra-estrutura urbana que limita o livre acesso aos cadeirantes. Sendo assim, acreditamos que ações governamentais, como também, as da sociedade privada, poderiam minimizar as restrições de acesso dos portadores de deficiência física e não apenas das crianças com paralisia cerebral. Outro ponto que deve ser salientado é o ingresso das crianças portadoras de necessidades especiais na rede regular de ensino, fato de extrema relevância para o processo de crescimento e desenvolvimento de qualquer criança, indiferentemente, se portar ou não uma necessidade especial. É possível perceber uma discrepância entre o Estatuto da Criança e do Adolescente⁽⁶⁾, que menciona a obriga-

toriedade das escolas regulares em estarem aptas para receberem crianças portadoras de necessidades especiais, e a realidade vivenciada por essas famílias. A realidade encontrada, provavelmente, ocorra porque as escolas regulares de ensino, no contexto estudado, não se encontram estruturadas, seja no que se refere aos recursos físicos como também a falta de preparo pedagógico por parte dos professores, para receber crianças portadoras de necessidades especiais compartilhando o ensino em classes regulares. O frequentar uma escola regular possibilita à criança o convívio com outras crianças “normais”. Portanto, o fator de maior significância desta interação consiste no fato de permitir as crianças de modo geral à convivência com as diferenças. Diferenças étnicas, sociais, comportamentais e físicas, devem ser respeitadas em qualquer espaço. Provavelmente, não haja na vida humana período melhor de conscientização do que a infância para o aprendizado desses valores. Sendo assim, faz-se necessário que as escolas se reestruturarem física e pedagogicamente, qualificando o corpo docente para receber além das crianças com desenvolvimento normal, também aquelas que portam alguma deficiência. É necessário encontrar alternativas, soluções para atender a esse grupo de crianças com necessidades especiais e assim apoiar as famílias e as crianças a fim de que não se sintam marginalizadas pela sociedade

Palavras-chave: Crianças portadoras de deficiência; Socialização; Enfermagem Pediátrica.

Referências

- 1 Wong DL. Enfermagem pediátrica: elementos essenciais à intervenção efetiva. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara; 1997.
- 2 Vieira MA, Lima RGA. Crianças e adolescentes com doenças crônicas convivendo com mudanças. Revista Latino Americana de Enfermagem 2002; 10 (4):552-560.
- 3 Minayo MCS. Desafio do conhecimento. 5.ed. São Paulo : HUCITEC ; Rio de Janeiro : ABRASCO, 1998.
- 4 Caetano MJD, Silveira CRA, Gobbi LTB. Desenvolvimento motor de pré-escolares no intervalo de 13 meses. Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano. 2005; 7(2):05-13.
- 5 Instituto Sarah Kubichek : paralisia cerebral. Disponível em: <<http://www.sarahkubichek.com.br>> . Acessado em 20 fev. 2006.
- 6 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei N° 8.069, de 13 de Julho de 1990. Disponível em:<<http://www.mj.gov.br/sedh/dca/eca.htm>> Acessado em 30 de junho de 2006.